



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletrônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

EDITAL			
Pregão Eletrônico nº 27/2018		Data de abertura: 05/10/2018 às 09h no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br	
PA 4744/2018	SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Misto	Reserva de quota ME/EPP <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Objeto Aquisição de material de consumo (Expediente) através de Sistema de Registro de Preços, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante do Edital;		Decreto 7.174? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Margem de preferência? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Valor total estimado R\$ 359.200,30		Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Prazo para envio da proposta e documentação: 2(duas) horas após a convocação efetuada pelo Pregoeiro			
Pedidos de esclarecimentos Até xx/xx/2018 para o endereço cpl@trt16.jus.br		Impugnações Até xx/xx/2018 para o endereço cpl@trt16.jus.br	
Documentação de habilitação			
Requisitos básicos <ol style="list-style-type: none">1. Sicaf ou documentos equivalentes;2. Certidão CNJ;3. Certidão Portal Transparência;4. Certidão CNDT;5. Certidão negativa de feitos sobre falência;6. Índices de liquidez superiores a 1 (LC, SG);		Requisitos específicos: Proposta ajustada <ol style="list-style-type: none">7. Proposta de preço adequada ao último lance , se convocada pelo pregoeiro	
Item 1			
Adjudicação por item			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do TRT 16ª pelo endereço www.comprasnet.gov.br , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento UASG "080018" . O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasgovernamentais e também no endereço www.trt16.jus.br , opção Licitações .			



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2018

PROCESSO Nº 4744/2018

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

DATA DA ABERTURA: 05/10/2018

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:00 h

LOCAL: WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR

IRP Nº 10/2018

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Uasg 080018), por seu Pregoeiro designado pela **Portaria GP nº 04, de 05 de janeiro de 2018**, e tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 4744/2018** torna público que realizará licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **menor preço** regido pelas disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto 5.450, de 31.05.2005, Decreto nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014), pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), **Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010**, Decreto nº 8.538/2015 e pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11.09.90, bem como pelas disposições contidas no presente Edital e o Termo de Referência, e **demais anexos** parte integrante e complementar do Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília-DF**, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a constituição de **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição, eventual e futura, de **MATERIAL DE CONSUMO (EXPEDIENTE)**, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital;

1.2 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

1.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Comprasgovernamentais e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão sempre as últimas.

2 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 O órgão gerenciador do Registro de Preços será o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

3 DOS ANEXOS - CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL

3.1 Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA;

3.2 Anexo II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Este pregão destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina o art. 6º do Decreto 8.538, de 06/10/15, onde o ramo de atividade deve ser compatível com o objeto deste certame e desde que:

4.1.1 Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade; ou punidas com suspensão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, enquanto perdurar a suspensão;

4.1.2 Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam suas formas de constituição, ou ainda, empresas estrangeiras não autorizadas a funcionarem no País.

4.1.3 Não estejam em processo de falência ou insolvência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

4.1.4 Não estejam proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.1.5 Não estejam proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.2 Como requisito para participação neste pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e declarar a inexistência fato superveniente.

4.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.4 O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

5 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art.3º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005), no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2 O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.3 As informações para cadastramento no SICAF estão disponíveis no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

5.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a este TRT, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção da sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.6 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).

5.7 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

6. DAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

6.1 O fornecedor que fizer jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto em lei, deve declarar, no ato do envio de sua proposta e em campo próprio do sistema, que atende os requisitos do art. 3º da **Lei Complementar 123/2006**.

6.2 O Sistema Comprasnet verificará automaticamente, junto ao banco de dados da Receita Federal, a condição do porte das empresas, se microempresas - MEs e empresas de pequeno porte - EPPs, que será refletida no sistema após o encerramento da fase de lances.

6.3 A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista neste edital.

7. DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas;

7.1.1 A licitante deverá cotar o **preço unitário do item, com a indicação de uma única marca;**

7.1.2 No caso de dúvida quanto a especificação do objeto na proposta apresentada no sistema, o pregoeiro poderá solicitar do licitante a remessa da proposta via sistema ou e-mail de forma a esclarecer a dúvida suscitada;

7.2 Os produtos ofertados deverão ser novos, de primeiro uso, e acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, com a identificação do produto.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

7.3 O licitante detentor do melhor lance, após o encerramento da etapa de lances, se convocado pelo pregoeiro, deverá apresentar proposta em até 2 (duas) horas após a convocação, sob pena de desclassificação. A proposta deverá ser enviada, através do sistema – “Anexar”, ou havendo impossibilidade, pelo e-mail – cpl@trt16.jus.br.

7.4 É recomendável que os licitantes apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo sistema compras governamentais e apenas na data e horário previstos para a abertura, as propostas tornam-se publicamente conhecidas.

7.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada. (art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005).

7.6 É vedado ao licitante apor na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação.

7.7 A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.8 Nos preços propostos deverão estar contidos todos os custos diretos e indiretos, tributos, materiais, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

7.9 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

8 DA DIVULGAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1 No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, a sessão pública na Internet será aberta por comando do Pregoeiro (art. 22 do Decreto nº 5.450/2005);

8.2 Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquela(s) que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital (22 § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

8.3 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 22, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005);

8.4 A partir da abertura da sessão pública *on line* até o encerramento da fase de lances, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer via sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (chat), vedado qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

9 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro (art.24, caput e § 1º, do Decreto nº 5.450/2005);

9.2 O licitante que tiver sua proposta eletrônica desclassificada não poderá ofertar lances;

9.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital (art. 24, § 2º do Decreto nº 5.450/2005);

9.4 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (art.24, §3º, do Decreto nº 5.450/2005);

9.4.1 O sistema durante a etapa de lances registrará em ata, lance acima do menor lance ofertado, desde que este seja inferior ao último lance encaminhado pelo respectivo fornecedor;

9.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro (art.24, §4º, do Decreto nº 5.450/2005);

9.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance (art.24, §5º, do Decreto nº 5.450/2005);

9.7 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo registrados, sem prejuízo dos atos realizados;

9.7.1 Quando a desconexão persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação (www.comprasgovernamentais.gov.br);

9.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que definirá período entre um a sessenta minutos;

9.8.1 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, observado o período definido pelo pregoeiro, após o que transcorrerá **período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (art.24, §§ 6º e 7º do Decreto nº 5.450/2005);

9.9 Encerrada a etapa de lances, a sessão pública poderá ser suspensa, a critério do pregoeiro, sendo justificado o motivo da suspensão no sistema;

9.10 A sessão pública será reiniciada no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br em data e horário determinados pelo pregoeiro quando da sua suspensão, devendo os interessados estarem conectados a fim de acompanhar o desenrolar da sessão pública.

10 DO EXERCÍCIO AO DIREITO DE PREFERÊNCIA

10.1 Após o encerramento da fase de lances e apurado o menor preço, inicia-se as verificações do sistema eletrônico para os casos de empate;

10.1.1 Havendo **empate** de propostas entre empresas de médio e grande porte e ME/EPP, o sistema passa a disponibilizar funcionalidade para identificar em coluna própria as ME/EPPs



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

participantes, fazendo-se a comparação entre os valores da 1ª colocada, caso esta não seja ME/EPP e das demais ME/EPPS na ordem de classificação;

10.1.1.1 Entende como empate, aquelas situações em que as propostas/lançes finais registradas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores ao último lance (§ 2º, do art. 44 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006);

10.1.1.2 Para proceder ao critério de desempate, o sistema automaticamente seleciona os itens com suas características, disponibilizando-os nas telas do pregoeiro e fornecedores, bem como encaminha mensagem convocando a ME/EPP que se encontrar na situação descrita no item anterior (empate) para fazer a sua última oferta no prazo de 5 minutos controlado pelo sistema, sob pena de preclusão (§ 3º, do art. 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006);

10.1.2. A proposta que se enquadrar na situação de empate com a primeira colocada terá o direito de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada no prazo estipulado no subitem **10.1.1.2** e controlado pelo sistema.

10.1.3 Caso a ME/EPP cuja proposta se enquadrar na situação de empate desista ou não se manifeste no prazo estabelecido no subitem **10.1.1.2**, o sistema convocará as demais ME/EPPS participantes na mesma condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito (art. 45, II da LC 123/2006);

10.1.4 Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação;

10.1.5 Não havendo êxito ou não existindo empate prevalecerá a classificação inicial;

10.1.6 Na hipótese da equivalência de valores, nas propostas registradas entre duas ou mais ME/EPPS, que se encontre na situação descrita no **sub item 10.1.1.1**, o sistema fará um sorteio eletrônico entre as licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate (art. 45, III da Lei Complementar nº 123/2006);

10.1.7 Na ausência de funcionalidade do sistema, deverá o pregoeiro possibilitar às ME/EPPS com direito de preferência, oportunidade para que elas exerçam a prerrogativa mediante manifestação no chat.

10.1.8. Encerrada a etapa de convocação das microempresas ou empresas de pequeno porte, será realizada a convocação das empresas que na forma definida pelo Poder Executivo Federal tenham os bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), para exercerem o direito de preferência (inciso I, do art. 5º do Decreto nº 7.174/2010).

10.1.8.1 Serão convocadas as empresas cujas propostas finais estejam situadas até dez por cento acima da melhor proposta válida, (Inciso II do art. 8º do Decreto 7.174/2010);

10.1.8.2 A aplicação do exercício do direito de preferência (igualada a melhor proposta) na ordem disposta nos incisos I a IV, do art. 8º do Decreto nº 7.174 de 2010 será posterior ao Decreto nº 6.204, de 2007, que trata de benefícios a micro empresas e empresas de pequeno porte, e implicará em nova ordem de classificação dos licitantes;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

10.1.8.3 Aplicação das regras de preferência previstas no subitem anterior, poderá resultar em nova ordem de classificação de ofertas;

11 DA NEGOCIAÇÃO

11.1 Após a realização do desempate das propostas e classificação final das licitantes, o pregoeiro poderá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (art. 24, §8º, do Decreto nº 5.450/2005);

11.2 Ocorrendo a situação a que se refere o **item 11.1** o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

12.1 Para julgamento será adotado o critério de menor preço, atendidas as exigências e especificações estipuladas no Edital e seus anexos;

12.1.2 Não será adjudicada proposta com itens contendo preços acima do estimado pela administração licitante

12.2 O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação;

12.3 Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos e aquelas com item com preço acima do valor estimado no Termo de Referência;

12.4 O ônus da prova da exequibilidade dos preços apresentados caberá ao autor da proposta, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da notificação;

12.5 Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o menor preço;

12.6 Se a proposta ou o lance, de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital e seus Anexos;

12.7 Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital e anexos, o licitante será declarado vencedor.

12.8 Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art.5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

12.9 É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

13 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1 A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos “Documentos de Habilitação” da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.

13.2 - Para as licitantes inscritas no SICAF(Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores) é permitida a comprovação da habilitação jurídica e da regularidade fiscal, na forma e condições estabelecidas neste Edital, por meio de consulta “on-line” quanto a regularidade, assegurada à cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada na própria sessão do Pregão, cujo resultado será informado às interessadas, pelo Pregoeiro, na própria sessão. (Decreto nº 3.722, de 09/01/2001, do Decreto nº 4.485, de 25/11/2002, e da IN MARE nº 05, de 21/07/1995).

13.2.1 Procedida a consulta, será impressa declaração demonstrativa da situação da licitante, a qual será juntada ao processo de licitação;

13.2.2 A convocação para apresentação da **documentação atualizada e de qualificação econômica-financeira** será efetuada através do **sistema**, devendo a empresa encaminhar o documento, preferencialmente, por meio do link “Anexar” ou pelo e-mail cpl@trt16.jus.br, quando convocado pelo pregoeiro, através do chat, **no prazo de até 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação. Os documentos deverão estar “scaneados” antecipadamente e compor um único arquivo para emissão.

13.3 Ainda para efeito de habilitação será verificado se a licitante declarou, em campo próprio do sistema eletrônico no sítio do comprasgovernamentais, que a empresa não emprega **menores** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre, assim como não utiliza o trabalho de menores de 16(desesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme exigência contida no inciso V, Art. 27, da Lei 8.666/93.

13.4 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado;

13.5 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme estabelecido neste item, sendo que o (s) licitante (s) vencedor (as) que optar por utilizar o SICAF terão a comprovação da habilitação jurídica e da regularidade fiscal verificada por consulta "on line". Os documentos de comprovação de qualificação **econômico financeira** de todos os licitantes e os documentos atualizados, quando necessários, **deverão ser encaminhados por meio do link “Anexar”, quando convocado pelo pregoeiro através do chat.**

13.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.5.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou

13.5.1.2 Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;ou

13.5.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;ou

13.5.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.5.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.5.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e Seguridade Social - INSS (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos tributos federais, abrangidas inclusive as contribuições sociais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, de acordo com a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014);

13.5.2.3 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

13.5.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual referente ao ICMS (Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação).

13.5.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal referente ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços

13.5.2.6 Prova de inexistência de Débitos Trabalhista, mediante a consulta da certidão negativa no sítio do TST, nos termos do inc. V do art. 29 da Lei 8.666/93, com nova redação instituída pela Lei nº 12.440/11 (disponível no *site* do TST – <http://www.tst.jus.br/certidao>).

13.5.2- I Havendo restrição na **regularidade fiscal**, das microempresas e empresas de pequeno porte com direito ao favorecimento estabelecido na LC 123/2006, ser-lhe-á concedido o prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a requerimento do interessado dentro do prazo estabelecido e a critério da administração, para a regularização da documentação, contados da decisão do pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame (art. 43, § 1º, da LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014);

13.5.2- II A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **11.5.2.5**, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação (**art. 43, § 2º, da LC 123/2006**);

13.5.2- III - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;



13.5.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.5.3.1 Apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do **licitante**.

13.5.3.2 Apresentar balanço patrimonial (ou balanço de abertura para a empresa que iniciou suas atividades neste ano), já exigíveis e apresentados na forma da lei, assinados pelo Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que comprovem a boa situação financeira da licitante, **avaliada pelos Índices de Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais deverão ser maior que 1(um)**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir.

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

13.5.3.2.1 As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço.

13.5.3.3 A licitante que apresentar valor igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices contábeis, deverá comprovar através do último balanço publicado e apresentado na forma da Lei que possui Patrimônio Líquido no mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor anual estimado para a contratação relativamente à data da apresentação da proposta, admitida atualização para esta data através de índices oficiais. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos aqui mencionados, o memorial de cálculo correspondente.

13.5.3.4 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou
- por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- por cópia ou fotocópia das páginas correspondentes do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

13.5.3.5 A qualificação econômico-financeira referente ao balanço patrimonial poderá ser efetuada por consulta no SICAF;

13.5.3.6 A apresentação do balanço patrimonial será obrigatória caso os índices exigidos não constem do SICAF ou os que estejam ali registrados sejam insuficientes.

13.6 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos;

13.7 Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial;

13.8 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

13.9 Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

13.10 A não apresentação de documentos ou não cumprimento de quaisquer das exigências deste item importará em imediata inabilitação do Licitante;

13.11 Para fins de habilitação, constitui meio legal de prova, a verificação pelo TRT nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões (art.25, § 4º do Decreto nº 5.450/2005);

13.12 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora;

13.13 Na hipótese de a licitante mais bem classificada não ser beneficiária do direito de preferência e desatender às exigências habilitatórias, será declarada inabilitada. Cabendo ao Pregoeiro examinar a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame;

13.14 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico;

13.15 Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Diretor Geral deste TRT para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação;

13.16 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art.26, § 3º do Decreto nº 5.450/2005);



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão;

14.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

14.2.1 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: acesso livre > pregões > agendados ou no menu principal, no link: visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso;

14.3 Até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública o interessado poderá solicitar **esclarecimentos** sobre ato convocatório do Pregão, **exclusivamente no endereço** cpl@trt16.jus.br.

14.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

15 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma **imediate e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art.26 do Decreto nº 5.450/2005);

15.2 A falta de manifestação **imediate e motivada** do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem imediatamente anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (art.26, §1º, do Decreto nº 5.450/2005);

15.2.1 **Intenção motivada** de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão;

15.3 O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade do recurso, aceitando ou rejeitando a intenção de recurso do licitante;

15.4 Os registros das razões do recurso e das contra-razões serão realizados em campos específicos no próprio sistema;

15.5 O sistema encaminhará automaticamente e-mail para os demais licitantes quando do registro das razões do recurso;

15.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art.26, §2º, do Decreto nº 5.450/2005);



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

15.7 Caso o pregoeiro não reconsidere sua decisão, submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento;

15.8 As decisões do Pregoeiro e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema;

15.9 Julgado os recursos, a Diretora-Geral do TRT fará a adjudicação do objeto licitado à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto a contratação.

16 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 Adjudicação será feita pelo pregoeiro sem que tenha havido recurso, caso contrário, pela Diretora Geral deste TRT;

16.2 A contratação resultante do objeto deste Edital reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

17 DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

17.2 Homologado o resultado deste **Pregão**, as **licitantes** classificadas, observado o disposto no art. 11 do Decreto 7.892/2013, serão convocadas para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

17.2.1 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período e por uma única vez mediante justificativa devidamente aceita pela Administração;

17.2.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo Representante legal da licitante;

17.2.3 É facultado ao Tribunal, convocar as **licitantes remanescentes**, na ordem de classificação e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, para integrarem o cadastro de reserva.

17.3 Publicada na Imprensa Oficial, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14 do Decreto n.º 7.892/2013.

17.4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao **fornecedor registrado** em igualdade de condições.

17.5 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contado da data da sua publicação no Diário Oficial da União, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

17.6 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 do Decreto n.º 7.7.892/2013.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

17.6.1 Na hipótese acima a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar novo processo licitatório.

17.7 A Administração deverá realizar periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;

17.8 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os **fornecedores** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

17.8.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

17.8.2 A ordem de classificação dos **fornecedores** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

17.9 O **fornecedor** poderá ter seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.10 O cancelamento do registro ocorrerá, a pedido, quando:

17.10.1 o **fornecedor** comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior;

17.10.2 o **fornecedor** não puder cumprir o compromisso, em função de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, desde que devidamente comprovado e a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

17.11 O cancelamento do registro ocorrerá, por iniciativa do TRT, quando:

17.11.1 o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

17.11.2 o fornecedor deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

17.11.3 houver razões de interesse público, devidamente comprovados e justificadas;

17.11.4 não forem cumpridas as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.11.5 o fornecedor não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, o termo contratual decorrente da Ata de Registro de Preços.

17.11.6 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.11.7 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

15.12 Em qualquer das hipóteses anteriores, concluído o processo, o TRT fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos **fornecedores registrados** a nova ordem de classificação.

15.13 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

15.14 Os pedidos a serem adquiridos pelo TRT serão realizados ao longo da vigência da ata de registro de preços. A cada solicitação, será emitida uma Nota de Empenho, onde estarão detalhados o objeto e quantidades para entrega;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

15.15 A partir do recebimento da Nota de Empenho iniciar-se-á o prazo para entrega do objeto.

15.16 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência deste Tribunal – Órgão Gerenciador.

15.16.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o TRT para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.16.2 As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da **adesão** à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos previsto no Termo de Referência e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.16.3 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao triplo** do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.17 Caberá ao **fornecedor registrado**, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do Sicafe, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais a CONTRATADA que:

- a) não celebrar a ata de registro de preços,
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
- d) não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato,
- e) comportar-se de modo inidôneo,
- f) cometer fraude fiscal

16.2 Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita as penalidades tratada no item **16.3**:

- I. Apresentação de situação irregular no ato do recebimento da Nota de Empenho;
- II. Pela recusa injustificada em receber a Nota de Empenho;
- III. Pela não entrega do objeto deste Termo de Referência, caracterizando-se a falta se a execução não se efetivar dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

16.3 Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
2. Multa moratória, que será de 0,33% (sobre o valor do objeto) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias, quando então será considerada hipótese de inexecução total do objeto;
3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total do objeto;
4. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

16.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si e poderão ser aplicadas conjuntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração deste Tribunal, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8 Inexistindo pagamento a ser efetuado, o CONTRATANTE oficiará ao CONTRATADO para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da correspondência, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do respectivo comprovante. Caso o recolhimento não seja efetuado, o valor correspondente à multa aplicada será cobrado judicialmente.

16.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no termos do art. 23, da Lei nº. 12.846/13.

17 DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

17.1 A (s) adjudicatária (s) deverá (ão) fazer a entrega do material, objeto da presente licitação, conforme os prazos e condições estabelecidas no **itens 05** do Termo de Referência (Anexo I).

17.2 Os produtos ofertados deverão ser novos, de primeiro uso, e acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, com a identificação do produto.

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado conforme regras estabelecidas no **item 12** do Termo de Referência (Anexo I);

18.2 O pagamento da fatura somente será efetuado se a CONTRATADA comprovar regularidade fiscal estadual e municipal, com as contribuições previdenciárias (INSS), Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, CNDT e FGTS(CRF), que será feita por consulta no SICAF ou nos sites oficiais.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Após a declaração da(s) vencedora(s) da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o procedimento licitatório será submetido à Diretoria-Geral, para homologação;

19.2 A critério do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região a presente licitação poderá ser;

19.2.1 Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

19.2.2 Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

19.3 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório;

19.4 As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

19.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

19.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (art.5º, § único, do Decreto nº 5.450/2005);

19.7 Fica entendido que o presente Edital, seus anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si, de modo que quaisquer detalhes que se mencionem em um documento e se omitam em outro, serão considerados especificados e válidos;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

19.8 Em caso de divergência entre o (s) anexo (s) e o Edital, prevalecerá a redação deste último;

19.9 Outras informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, na Seção de Aquisições Públicas do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Avenida Senador Vitorino Freire, 2001, 3º andar - Bairro Areinha, Cep: 65030-015, São Luís-MA, telefones (98) 2109-9378 ou 2109-9379, nos dias úteis, no horário das 8 às 15 h ou via e-mail através do endereço eletrônico cpl@trt16.jus.br;

19.10 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.11 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

19.12 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

19.13 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

19.14 Na hipótese de haver diferença na especificação, entre a registrada no sistema compras governamentais e no edital, prevalecerá a do edital;

19.15 A adjudicatária deverá avisar por escrito e de imediato qualquer alteração em seu endereço ou telefone, sob pena da aplicação das sanções previstas neste edital, garantida a prévia defesa.

19.16 Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: [publicações > manuais > pregões > pregão eletrônico – fornecedor](#); ou pelo telefone 0800.782323 ou e-mail: comprasgovernamentais@planejamento.gov.br;

19.17 O presente edital estará disponibilizado no sítio, www.trt16.jus.br, do Tribunal Regional do Regional do Trabalho da 16ª Região e no www.comprasgovernamentais.gov.br.

São Luís, 20 de setembro de 2018.

Raimundo Nonato Monteiro Filho
Pregoeiro Oficial

Gisele Fernandes Azevedo Cutrim
Equipe de Apoio

Maria Lídia Borges de Sousa
Equipe de Apoio

Fernando Boucinhas de Castro Lima
Equipe de Apoio



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Aquisição eventual e futura, de material de consumo (Expediente) para reposição de estoque do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, de acordo com as quantidades e especificações constantes no item 4, mediante Sistema de Registro de Preços.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente aquisição visa reposição de estoque do almoxarifado, com o intuito de atender as necessidades deste Tribunal, para os exercícios 2018/2019.

2.2 Considerando que os materiais são indispensáveis para a continuidade dos serviços das unidades deste Tribunal.

2.3 Mister iniciar os procedimentos para aquisição de materiais de consumo.

2.4 A utilização do Sistema de Registro de Preços se justifica como meio proativo, considerando não haver como mensurar o quantitativo exato necessário para atendimento das demandas, a aquisição será realizada de forma fracionada, de acordo com a conveniência administrativa, agregado ao fato da ausência de condições físicas de estocagem de grande quantidade de material na Coordenadoria de Material e Logística / Seção de Almoxarifado.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A solicitação encontra amparo legal na Lei 8.666, 21 de junho de 1993, na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.931/01, Decreto nº 5.450/05, no Decreto nº 7.892/13, Lei nº 4.150/62, Lei nº 12.349/10, e no item 5.1.3, letra "a" da Resolução CSJT nº 103/2012.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTIDADES

4.1 Especificações detalhadas dos materiais de consumo e quantidades:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTDE
1	Álcool etílico hidratado 46° INPM, aplicação limpeza de ambientes, frasco c/ 1 Litro.	Frasco	250
2	Barbante fio de algodão, 100% cru 08 fios, rolo com aproximadamente 200g.	Rolo	100
3	Barbante fio de sisal, 100% natural, espessura aproximada 2mm, rolo com aproximadamente 100m.	Rolo	50
4	Barbante fitilho plástico cristal, espessura aproximada 5mm, rolo com aproximadamente 300m.	Rolo	100
5	Caixa arquivo desmontável, material plástico polionda, cor azul, medindo 350x130x245mm, espessura 3mm.	Un	8.000
6	Caixa arquivo desmontável, material papelão reciclado, cor parda, gramatura média 430 g/m2, tamanho ofício, medindo 14x25x37cm.	Un	2.000



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

7	Caneta esferográfica azul, tipo escrita média, atóxica, corpo único em plástico reciclado transparente sextavado, que contenha orifício milimétrico no sentido longitudinal para suspiro, medindo aproximadamente 14cm, ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio.	Un	7.000
8	Caneta esferográfica preta, tipo escrita média, atóxica, corpo único em plástico reciclado transparente sextavado, que contenha orifício milimétrico no sentido longitudinal para suspiro, medindo aproximadamente 14cm, ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio.	Un	4.000
9	Caneta esferográfica vermelha, tipo escrita média, atóxica, corpo único em plástico reciclado transparente sextavado, que contenha orifício milimétrico no sentido longitudinal para suspiro, medindo aproximadamente 14cm, ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio.	Un	2.000
10	Caneta marca texto, na cor amarela, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 14cm, tinta fluorescente à base de água, secagem rápida, ponta chanfrada 4mm, com traçado duplo (grosso e fino).	Un	1.000
11	Caneta marca texto, na cor laranja, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 14cm, tinta fluorescente à base de água, secagem rápida, ponta chanfrada 4mm, com traçado duplo (grosso e fino).	Un	1.000
12	Caneta marca texto, na cor verde, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 14cm, tinta fluorescente à base de água, secagem rápida, ponta chanfrada 4mm, com traçado duplo (grosso e fino).	Un	1.000
13	Cesto para papel, em fibra de celulose, reciclável e não inflamável, cor preta, com aro em inox, fundo em alumínio, capacidade 20L, dimensões aproximadas (35cm/altura x 30cm/boca x 25cm/base).	Un	150
14	Cesto para lixo, com tampa e pedal, em plástico polipropileno, cor branca, haste plástica na parte externa, articulação e aro pra segurar o saco, em plástico resistente, capacidade 20L, dimensões aproximadas (35cm/altura x 28cm/boca x 28cm/base).	Un	200
15	Cesto para lixo, redondo, em aço inoxidável, com tampa e pedal, balde interno removível em polipropileno, alça para transporte, capacidade 20L, dimensões aproximadas (45cm/altura x 31cm/largura x 31cm/profundidade).	Un	150
16	Clips para papel, n.º 1, material aço carbono, tratamento superficial niquelado e antiferrugem, formato paralelo. Caixa c/100 unid.	Caixa	400
17	Clips para papel, n.º 4/0, material aço carbono, tratamento superficial niquelado e antiferrugem, formato paralelo. Caixa c/50 unid.	Caixa	500
18	Clips para papel, n.º 0, material aço carbono, tratamento superficial niquelado e antiferrugem, formato paralelo. Caixa c/100 unid.	Caixa	400
19	Clips para papel, n.º 2/0, material aço galvanizado e pintura epóxi, cores sortidas, formato paralelo. Caixa c/100 unid.	Caixa	500
20	Clips para papel, n.º 8/0, material aço carbono, tratamento superficial niquelado e antiferrugem, formato paralelo. Caixa c/25 unid.	Caixa	400
21	Cola branca líquida, atóxica e lavável, livre de PVC, frasco c/ 40g.	Frasco	300
22	Cola branca líquida, atóxica e lavável, livre de PVC, frasco c/ 90g.	Frasco	300
23	Cola em bastão, atóxica e lavável, livre de PVC, embalagem de 8 a 10g.	Un	500
24	Copo de vidro p/água, liso, incolor, cilíndrico, tamanho grande, diâmetro 65mm, altura 140mm, capacidade 350ml.	Un	200
25	Copo de vidro p/água, liso, incolor, cilíndrico, tamanho médio, diâmetro 65mm, altura 110mm, capacidade 250ml.	Un	300
26	Copo plástico descartável, capacidade de 180ml, em poliestireno não tóxico, resistente, branco, corpo frisado com bordas arredondadas. De acordo com a NBR-14.865 de 2002.	Cento	7.000



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

27	Copo plástico descartável, capacidade de 50ml, em poliestireno não tóxico, resistente, branco, corpo frisado com bordas arredondadas. De acordo com a NBR-14.865 de 2002.	Cento	3.500
28	Corretivo líquido à base de água, atóxico, não inflamável, não corrosivo, inodoro, secagem rápida, frasco c/18ml.	Frasco	250
29	Detergente líquido, aroma neutro, tensoativo e biodegradável, hipoalergênico, frasco c/500ml.	Frasco	250
30	Elástico liga látex, forma circular, borracha natural, n.º 18, caixa c/25g.	Caixa	200
31	Encosto lombar para cadeira, com elástico, material interno em visco elástico injetado, revestido em tecido preto sintético. Dimensão aproximada 400mm x 285mm x 60mm.	Un	200
32	Estilete pequeno, tipo estreito, corpo plástico, lâmina de aço de 9mm, retrátil. Tamanho: 13cm.	Un	200
33	Etiqueta laser auto-adesiva, papel reciclado, cor natural, formato retangular, 101,6mm x 33,9mm x 2 colunas, folha formato carta c/14 etiquetas. Embalagem c/10 fls / 140 etiquetas.	Caixa	100
34	Etiqueta laser auto-adesiva, papel reciclado, cor natural, formato retangular, 101,6mm x 25,4mm x 2 colunas, folha formato carta c/20 etiquetas. Embalagem c/25 fls / 500 etiquetas.	Caixa	60
35	Extrator de grampos, tipo espátula, em aço inoxidável, tamanho: 15 x 2cm.	Un	200
36	Fita adesiva p/embalagem, transparente, em filme de polipropileno com adesivo à base de borracha natural e resina sintética (50mm x 50m).	Rolo	500
37	Fita adesiva p/embalagem, tipo crepe/branco, em papel crepado saturado com adesivo à base de borracha natural e resina sintética (50mm x 50m).	Rolo	400
38	Fita de impressão p/relógio protocolador marca Henry Prot, tipo nylon/11mm x 10m, cor preta, haste curta (tamanho 17cm x 5,5cm)	Un	30
39	Garrafa térmica, capacidade 500 ml, material plástico rígido reciclável, lisa, ampola de vidro, cilíndrica, com alça, tampa removível e rosqueável, de acordo com a NBR ABNT 13282/98.	Un	150
40	Garrafa térmica, capacidade 1.000 ml, material plástico rígido reciclável, lisa, ampola de vidro, cilíndrica, com alça, tampa removível e rosqueável., de acordo com a NBR abnt 13282/98.	Un	150
41	Grampeador, de mesa, tipo metal, em aço pintado, p/grampos 26/6, base em plástico antiderrapante, medindo 21cm x 5cm, capacidade aproximada p/200 grampos, grampeia mínimo de 25 folhas - 75g/m².	Un	300
42	Grampo para grampeador, tamanho 26/6, material metal, galvanizado. Caixa c/1.000 unidades.	Caixa	1.200
43	Lápis preto de grafite, n.º 02, material em madeira de origem legal comprovada ou material reciclado, sem rachaduras, sextavado, com tamanho aproximado de 16cm, com ponta, com marca do fabricante impressa no corpo do lápis. Embalagem c/144 unidades.	Un	1.000
44	Livro ata, pautado, sem margem, frente e verso, medindo 30 x 21cm, 100 folhas numeradas sequencialmente, papel reciclado, gramatura 56 g/m2, colado e costurado, capa dura em papelão, cor preta.	Un	60
45	Livro de protocolo de correspondência, medindo 15,5 x 21,5cm, 100 folhas numeradas sequencialmente, papel reciclado, gramatura 60 g/m2, capa e contra capa em papelão 700 g/m2 reciclado.	Un	60
46	Lixeira, tipo basculante, capacidade 60L, alças laterais, material polipropileno, plástico reciclado, cor branca, dimensões aproximada 420 x 340 x 740mm.	Un	100



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

47	Luva de látex natural, para procedimento não cirúrgico, descartável, formato anatômico, não estéril, tamanho médio ambidestro, hipoalergênica, lubrificada com pó absorvível. Caixa c/50 pares.	Caixa	80
48	Máscara descartável, tipo retangular, proteção em três camadas, fixação com clipe e elástico, cor branca, atóxica, hipoalérgica, não estéril, sem látex, não inflamável. Caixa c/50 unidades.	Caixa	80
49	Mouse Pad, material borracha neoprene, base antiderrapante, superfície deslizante com revestimento em tecido especial. Dimensão aproximada: 250 x 200 x 3mm.	Un	100
50	Pano de copa, branco, 100% algodão, alvejado, bainha e acabamento, etiqueta, tamanho aproximado 65 x 45cm.	Un	200
51	Papel recado, material reciclado, cor natural, autoadesivo, removível, 76mm x 102mm, bloco c/100fls.	Bloco	1.200
52	Papel embrulho, tipo papel reciclado, apresentação folha, cor parda, gramatura 80g/m2, medindo 67cm x 97cm.	Folha	200
53	Papel toalha multiuso, cor branca, material fibra de celulose virgem, c/60 toalhas em folhas duplas picotadas, medindo 22cm x 20cm, biodegradável. Pacote com 2 rolos.	Pacote	300
54	Pasta com abas e elástico, cor amarela, material reciclado, em cartão duplex 290g plastificado, tamanho ofício. 340mm x 230mm.	Un	300
55	Pasta com abas e elástico, cor azul, material reciclado, em cartão duplex 290g plastificado, tamanho ofício. 340mm x 230mm.	Un	300
56	Pasta com abas e elástico, cor branca, material reciclado, em cartão duplex 290g plastificado, tamanho ofício. 340mm x 230mm.	Un	300
57	Pasta classificadora, material reciclado, em cartão duplo 480g plastificado, sem abas, lombo regulável, tamanho ofício 350mm x 230mm, com pinos e prendedores plásticos, cor azul.	Un	200
58	Pen Drive 4GB, USB 2.0.	Un	150
59	Pen Drive 8GB, USB 2.0.	Un	300
60	Perfurador pra papel, de mesa, tipo metal, em aço pintado, perfurar mínimo de 40 folhas padrão sulfite 75g/m2, margeador plástico ajustável, base com proteção de plástico, 02 furos, medindo aproximadamente 14 x 12cm, distância entre furos 80mm.	Un	100
61	Pincel atômico, marcador permanente, na cor azul, ponta facetada, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	300
62	Pincel atômico, marcador permanente, na cor preta, ponta facetada, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	300
63	Pincel atômico, marcador permanente, na cor vermelha, ponta facetada, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	300
64	Pincel marcador para quadro branco, na cor azul, ponta de acrílico, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	100
65	Pincel marcador para quadro branco, na cor preta, ponta de acrílico, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	100
66	Pincel marcador para quadro branco, na cor vermelha, ponta de acrílico, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	100
67	Plástico bolha, material plástico, bobina com 1,30m de largura por 100m de comprimento.	Bobina	100
68	Régua comum, material plástico reciclado, transparente, incolor, graduação milimetrada, medindo 30cm.	Un	200
69	Tesoura para uso geral de 8", ponta reta, lâmina em aço inox de no mínimo 18mm de espessura, cabo em polipropileno, anatômico e na cor preta, medindo aproximadamente 21cm de comprimento total.	Un	150



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

70	Umedecedor de dedos, creme antibacteriano, sem glicerina, atóxico, não mancha, embalagem em plástico reciclado c/12g.	Un	350
71	Xícara, tipo café, com pires, material porcelana, branca, lisa, capacidade aproximada 80ml.	Un	300

4.2 Todos os materiais devem atender a normas técnicas brasileiras, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos das Leis nºs 4.150/62 e 12.349/10, bem como outras normas similares, tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

4.3 O valor total estimado da contratação é de R\$ 359.200,30 (Trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos reais e trinta centavos), de acordo com levantamento de preços realizado, conforme anexo A.

5. FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

5.1 A Nota de Empenho será enviada à Adjudicatária, de acordo com a necessidade do Tribunal.

5.2 A Adjudicatária fará o fornecimento do material sempre que solicitado pelo Tribunal através de Nota de Empenho, encaminhada por e-mail, pelo Setor de Almoxarifado (almox@trt16.jus.br).

5.3 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

5.4 O prazo para substituição dos materiais entregues fora das especificações solicitadas, que apresentarem defeito de fabricação, dano em razão do transporte ou se mostrarem impróprios para uso, será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento pela Adjudicatária da solicitação do Tribunal.

5.5 O material deverá ser entregue na Seção de Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, térreo, sito à Avenida Senador Vitorino Freire, 2001, Areinha, nesta cidade, em dias úteis, no horário das 8 às 15 horas, na presença de um servidor designado para fiscalização do contrato, conforme as Notas de Empenho enviadas à Adjudicatária.

5.6 A aceitação do produto pelo Tribunal somente se convalida pelo "atesto" na nota fiscal/fatura apresentada ao Fiscal do contrato pelo Contratado.

6. PRAZO DE VALIDADE DO MATERIAL

6.1 A validade do objeto entregue não poderá ser inferior a 12(doze) meses, a contar do recebimento definitivo do material, devendo estar estampado o prazo de validade do mesmo.

7. DAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

7.1 O fornecedor que tiver direito ao tratamento diferenciado e favorecido previsto em lei, deve declarar, no ato do envio de sua proposta e em campo próprio do sistema, que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

7.2 O Sistema Comprasnet verificará automaticamente, junto ao banco de dados da Receita Federal, a condição do porte das empresas, se microempresas - MEs e



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

empresas de pequeno porte - EPPs, que será refletida no sistema após o encerramento da fase de lances.

7.3 A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outros crimes previstos na legislação penal e da sanção prevista neste edital.

8. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1 Em nenhuma hipótese será aceito material que esteja em desacordo com as especificações definidas no item 4 deste Termo de Referência, bem como que não sejam novos, de primeiro uso e/ou apresentem irregularidades quanto a sua estrutura ou em razão do seu transporte.

8.2 Não serão aceitos produtos fora do prazo de validade estipulado no item 6 deste Termo de Referência.

9. RECEBIMENTO DO MATERIAL

9.1 O objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do material, para posterior verificação da conformidade das especificações pedidas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- b) Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, após a verificação da sua conformidade com as especificações contidas na proposta, com o exigido no item 4 deste Termo de Referência e com a qualidade, bem como a quantidade do material entregue.

9.2 A entrega do objeto pela empresa e seu recebimento pelo Tribunal será caracterizada pelo atesto da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

10. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

10.1 Certificar a data do recebimento da Nota de Empenho, após confirmação junto ao Tribunal, por e-mail, do recebimento da Nota de Empenho respectiva, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento do referido documento, no endereço almox@trt16.jus.br.

10.2 Fazer a entrega do material observando o prazo estabelecido, a quantidade, o prazo de validade, a embalagem original de fábrica conforme as suas especificações

10.3 Fornecer os materiais novos, de primeiro uso, e em perfeitas condições, acondicionados adequadamente em embalagem original de fábrica, sob pena de não recebimento dos mesmos;

10.4 Fornecer material que seja reconhecidamente de primeira qualidade, observando-se, rigorosamente, as características e especificações mínimas constantes no item 4 deste Termo;

10.5 Substituir e/ou corrigir, no prazo estipulado no item 5 deste Termo e às suas expensas, o material que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas, defeitos ou irregularidades quanto à estrutura, configuração e funcionalidade;

10.6 Responder por quaisquer danos causados direta ou indiretamente ao TRT da 16ª Região, ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, na entrega do



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização pelo Tribunal;

10.7 Providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com impostos, taxas, fretes, estiva, contribuições sociais e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação assumida;

10.8 Comprovar, por ocasião do recebimento da Nota de Empenho, não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;

10.9 Comprovar, por ocasião do recebimento da Nota de Empenho, não ter sido condenada, a Adjudicatária ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;

10.10 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência;

10.11 Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

10.12 Manter, junto ao Tribunal, atualizados seus dados, tais como endereço, telefone e endereço eletrônico (e-mail), informando qualquer alteração no prazo máximo de 2 (dois) dias de sua ocorrência, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no item 12 deste instrumento.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

11.2 Encaminhar à Adjudicatária a Nota de Empenho respectiva;

11.3 Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

11.4 Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da Ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega dos equipamentos, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

11.5 Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na Ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

11.6 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Adjudicatária;

11.7 Efetuar, por escrito, solicitação de troca do produto à Adjudicatária quando necessário;

11.8 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de negociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades por descumprimento ao pactuado neste Termo;

11.9 Efetuar o pagamento à Adjudicatária na forma e prazo pactuados.

11.10 O Tribunal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Adjudicatária com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto,



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do transporte e entrega do material.

12. PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado somente após recebimento definitivo do objeto, até o 5º (quinto) dia útil, a contar da entrega da nota fiscal/fatura na Unidade responsável pelo recebimento do material, no endereço constante no item 5 deste instrumento ou no email almox@trt16.jus.br;

12.2 A nota fiscal ou documento equivalente não aprovado pelo Tribunal será devolvido à Adjudicatária para a devida regularização consoante as razões que motivaram sua devolução, e, nessa hipótese o prazo para pagamento será reiniciado a partir da reapresentação do referido documento;

12.3 Para fins de pagamento a nota fiscal/fatura ou documento equivalente deverá estar devidamente atestado por servidor designado para a fiscalização do contrato;

12.4 Nenhum pagamento será feito à Adjudicatária enquanto houver pendência no cumprimento de qualquer obrigação decorrente da compra do objeto deste Termo de Referência;

12.5 Sobre o valor da fatura serão retidos os tributos e contribuições da União Federal, se for o caso;

12.6 O pagamento da fatura somente será efetuado se a Adjudicatária comprovar a regularidade fiscal com Fazenda Federal e Fazenda Estadual, através de certidões atualizadas;

12.7 Será dispensada a retenção tributária caso a Adjudicatária comprove ser optante pelo SIMPLES;

12.8 Na hipótese de atraso no pagamento de responsabilidade da Administração, o valor a ser pago deverá ser atualizado e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira

TX = percentual da taxa de juros de mora

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, ficando impedida de licitar e de contratar com a União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, garantida a ampla defesa, a Adjudicatária que:

- I. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, inclusive deixando de entregar ou apresentar documentação falsa;
- II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- IV. Comportar-se de modo inidôneo;
- V. Cometer fraude fiscal;
- VI- Fizer declaração falsa;
- VII. Não manter a proposta, injustificadamente.

13.2 Pelos motivos que se seguem, principalmente, a adjudicatária estará sujeita à penalidade tratada no item anterior:

- I- Não assinar a Ata de Registro de preços no prazo estipulado;
- II- Apresentação de situação irregular no ato do recebimento da Nota de Empenho;
- III- Pela recusa injustificada em receber a Nota de Empenho;
- IV- Pela não entrega do objeto, caracterizando-se a falta se a entrega não se efetivar dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência;

13.3 Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Adjudicatária as seguintes sanções:

- I- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Tribunal;
- II- Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento), por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- III- Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global da Nota de Empenho;
- IV- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Tribunal, pelo prazo de até dois anos.
- V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o Tribunal pelos prejuízos causados, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

13.4 Em caso de inexecução parcial (e.g entrega de quantitativo e/ou itens a menor), a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem IV, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.5 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si e poderão ser aplicadas conjuntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração deste Tribunal, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

13.6 O valor da multa será descontado do pagamento devido à Adjudicatária.

13.7 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Adjudicatária que:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

13.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

13.10 Inexistindo pagamento a ser efetuado, o Tribunal dará ciência ao Contratado para que recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da comunicação, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao Tribunal cópia autenticada do respectivo comprovante.

13.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e CEIS.

14. FISCALIZAÇÃO

14.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, devendo este providenciar o atesto da nota fiscal/fatura do objeto deste instrumento, para fins de pagamento.

14.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária pela completa e perfeita execução do objeto desta contratação, inclusive perante terceiros, nem por qualquer irregularidade, ainda que resultante de defeitos, e, na ocorrência destes, não implica em co-responsabilidade da Administração do Tribunal ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

15. VALIDADE DAS PROPOSTAS E PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

15.1 As propostas apresentadas deverão ter prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da abertura do certame.

15.2 Os itens cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte na licitação (art. 6º, do Decreto nº. 8.538/2015).

16. DA ASSINATURA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 A Administração do Tribunal convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

16.2 O prazo acima mencionado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da licitante vencedora, durante seu transcurso, no caso de motivo justificado, devidamente aceito pela Administração;

16.3 A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório terá vigência durante um período de 12 (doze) meses, contados da data da publicação.

16.4 A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

16.5 Os Órgãos não participantes deste Registro de Preços poderão aderir até o limite de 3 (três) vezes a quantidade registrada, por item, para o Órgão Gerenciador.

16.6 As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão ao presente registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens previstos neste instrumento e registrados na ata de registro de preços respectiva para o Órgão Gerenciador.

17. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado quando:

I- Por iniciativa da Administração:

- a) Não cumprir as exigências do edital de licitação e as condições da Ata de Registro de Preços resultante desse procedimento;
- b) Recusar-se a retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- c) Não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

II- Por iniciativa do próprio Fornecedor:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade do cumprimento das exigências inseridas neste Registro de Preços, em função de fato superveniente, aceito pela Administração, que comprovadamente venha a comprometer o fornecimento.

17.2 O cancelamento do Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do TRT da 16ª Região.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Por se tratar de mera estimativa de gastos, as estimativas de quantidades mencionadas no item 4 e deste instrumento não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para com a Adjudicatária.

18.2 Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo o Tribunal requerer o objeto deste Registro de Preços de acordo com suas necessidades.

18.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

São Luís (MA), 14 de agosto de 2018.

Luciana Cristina Gehlen
Coordenadora de Material e Logística

Edvaldo Pereira de Sousa
Seção de Almoxarifado

ANEXO A

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTDE	VALOR P/UND	VALOR TOTAL
1	Álcool etílico hidratado 46° INPM, aplicação limpeza de ambientes, frasco c/ 1 Litro.	Frasco	250	10,18	2.545,00
2	Barbante fio de algodão, 100% cru 08 fios, rolo com aproximadamente 200g.	Rolo	100	4,92	492,00
3	Barbante fio de sisal, 100% natural, espessura aproximada 2mm, rolo com aproximadamente 100m.	Rolo	50	15,33	766,50
4	Barbante fitilho plástico cristal, espessura aproximada 5mm, rolo com aproximadamente 300m.	Rolo	100	10,42	1.042,00
5	Caixa arquivo desmontável, material plástico polionda, cor azul, medindo 350x130x245mm, espessura 3mm.	Un	8.000	3,21	25.680,00
6	Caixa arquivo desmontável, material papelão reciclado, cor parda, gramatura média 430 g/m2, tamanho ofício, medindo 14x25x37cm.	Un	2.000	2,11	4.220,00
7	Caneta esferográfica azul, tipo escrita média, atóxica, corpo único em plástico reciclado transparente sextavado, que contenha orifício milimétrico no sentido longitudinal para suspiro, medindo aproximadamente 14cm, ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio.	Un	7.000	0,92	6.440,00
8	Caneta esferográfica preta, tipo escrita média, atóxica, corpo único em plástico reciclado transparente sextavado, que contenha orifício milimétrico no sentido longitudinal para suspiro, medindo aproximadamente 14cm, ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio.	Un	4.000	1,01	4.040,00



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

9	Caneta esferográfica vermelha, tipo escrita média, atóxica, corpo único em plástico reciclado transparente sextavado, que contenha orifício milimétrico no sentido longitudinal para suspiro, medindo aproximadamente 14cm, ponta em aço inoxidável com esfera de tungstênio.	Un	2.000	0,92	1.840,00
10	Caneta marca texto, na cor amarela, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 14cm, tinta fluorescente à base de água, secagem rápida, ponta chanfrada 4mm, com traçado duplo (grosso e fino).	Un	1.000	1,09	1.090,00
11	Caneta marca texto, na cor laranja, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 14cm, tinta fluorescente à base de água, secagem rápida, ponta chanfrada 4mm, com traçado duplo (grosso e fino).	Un	1.000	1,04	1.040,00
12	Caneta marca texto, na cor verde, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 14cm, tinta fluorescente à base de água, secagem rápida, ponta chanfrada 4mm, com traçado duplo (grosso e fino).	Un	1.000	1,08	1.080,00
13	Cesto para papel, em fibra de celulose, reciclável e não inflamável, cor preta, com aro em inox, fundo em alumínio, capacidade 20L, dimensões aproximadas (35cm/altura x 30cm/boca x 25cm/base).	Un	150	51,21	7.681,50
14	Cesto para lixo, com tampa e pedal, em plástico polipropileno, cor branca, haste plástica na parte externa, articulação e aro pra segurar o saco, em plástico resistente, capacidade 20L, dimensões aproximadas (35cm/altura x 28cm/boca x 28cm/base).	Un	200	34,87	6.974,00
15	Cesto para lixo, redondo, em aço inoxidável, com tampa e pedal, balde interno removível em polipropileno, alça para transporte, capacidade 20L, dimensões aproximadas (45cm/altura x 31cm/largura x 31cm/profundidade).	Un	150	112,43	16.864,50
16	Clips para papel, n.º 1, material aço carbono, tratamento superficial niquelado e antiferrugem, formato paralelo. Caixa c/100 unid.	Caixa	400	1,92	768,00
17	Clips para papel, n.º 4/0, material aço carbono, tratamento superficial niquelado e antiferrugem, formato paralelo. Caixa c/50 unid.	Caixa	500	2,04	1.020,00
18	Clips para papel, n.º 0, material aço carbono, tratamento superficial niquelado e antiferrugem, formato paralelo. Caixa c/100 unid.	Caixa	400	2,04	816,00
19	Clips para papel, n.º 2/0, material aço	Caixa	500	3,61	1.805,00



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

	galvanizado e pintura epóxi, cores sortidas, formato paralelo. Caixa c/100 unid.				
20	Clips para papel, n.º 8/0, material aço carbono, tratamento superficial niquelado e antiferrugem, formato paralelo. Caixa c/25 unid.	Caixa	400	1,74	696,00
21	Cola branca líquida, atóxica e lavável, livre de PVC, frasco c/ 40g.	Frasco	300	1,03	309,00
22	Cola branca líquida, atóxica e lavável, livre de PVC, frasco c/ 90g.	Frasco	300	1,33	399,00
23	Cola em bastão, atóxica e lavável, livre de PVC, embalagem de 8 a 10g.	Un	500	1,56	780,00
24	Copo de vidro p/água, liso, incolor, cilíndrico, tamanho grande, diâmetro 65mm, altura 140mm, capacidade 350ml.	Un	200	5,56	1.112,00
25	Copo de vidro p/água, liso, incolor, cilíndrico, tamanho médio, diâmetro 65mm, altura 110mm, capacidade 250ml.	Un	300	4,49	1.347,00
26	Copo plástico descartável, capacidade de 180ml, em poliestireno não tóxico, resistente, branco, corpo frisado com bordas arredondadas. De acordo com a NBR-14.865 de 2002.	Cento	7.000	3,01	21.070,00
27	Copo plástico descartável, capacidade de 50ml, em poliestireno não tóxico, resistente, branco, corpo frisado com bordas arredondadas. De acordo com a NBR-14.865 de 2002.	Cento	3.500	1,91	6.685,00
28	Corretivo líquido à base de água, atóxico, não inflamável, não corrosivo, inodoro, secagem rápida, frasco c/18ml.	Frasco	250	1,38	345,00
29	Detergente líquido, aroma neutro, tensoativo e biodegradável, hipoalergênico, frasco c/500ml.	Frasco	250	1,97	492,50
30	Elástico liga látex, forma circular, borracha natural, n.º 18, caixa c/25g.	Caixa	200	1,27	254,00
31	Encosto lombar para cadeira, com elástico, material interno em visco elástico injetado, revestido em tecido preto sintético. Dimensão aproximada 400mm x 285mm x 60mm.	Un	200	58,30	11.660,00
32	Estilete pequeno, tipo estreito, corpo plástico, lâmina de aço de 9mm, retrátil. Tamanho: 13cm.	Un	200	1,70	340,00
33	Etiqueta laser auto-adesiva, papel reciclado, cor natural, formato retangular, 101,6mm x 33,9mm x 2 colunas, folha formato carta c/14 etiquetas. Embalagem c/10 fls / 140 etiquetas.	Caixa	100	15,49	1.549,00
34	Etiqueta laser auto-adesiva, papel reciclado, cor natural, formato retangular, 101,6mm x 25,4mm x 2 colunas, folha formato carta c/20 etiquetas. Embalagem c/25 fls / 500 etiquetas.	Caixa	60	23,23	1.393,80
35	Extrator de grampos, tipo espátula, em aço	Un	200	1,88	376,00



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

	inoxidável, tamanho: 15 x 2cm.				
36	Fita adesiva p/embalagem, transparente, em filme de polipropileno com adesivo à base de borracha natural e resina sintética (50mm x 50m).	Rolo	500	3,17	1.585,00
37	Fita adesiva p/embalagem, tipo crepe/branco, em papel crepado saturado com adesivo à base de borracha natural e resina sintética (50mm x 50m).	Rolo	400	9,45	3.780,00
38	Fita de impressão p/relógio protocolador marca Henry Prot, tipo nylon/11mm x 10m, cor preta, haste curta (tamanho 17cm x 5,5cm)	Un	30	29,40	882,00
39	Garrafa térmica, capacidade 500 ml, material plástico rígido reciclável, lisa, ampola de vidro, cilíndrica, com alça, tampa removível e rosqueável, de acordo com a NBR ABNT 13282/98.	Un	150	27,32	4.098,00
40	Garrafa térmica, capacidade 1.000 ml, material plástico rígido reciclável, lisa, ampola de vidro, cilíndrica, com alça, tampa removível e rosqueável., de acordo com a NBR abnt 13282/98.	Un	150	39,34	5.901,00
41	Grampeador, de mesa, tipo metal, em aço pintado, p/grampos 26/6, base em plástico antiderrapante, medindo 21cm x 5cm, capacidade aproximada p/200 grampos, grampeia mínimo de 25 folhas - 75g/m².	Un	300	29,52	8.856,00
42	Grampo para grampeador, tamanho 26/6, material metal, galvanizado. Caixa c/1.000 unidades.	Caixa	1.200	2,01	2.412,00
43	Lápis preto de grafite, n. ° 02, material em madeira de origem legal comprovada ou material reciclado, sem rachaduras, sextavado, com tamanho aproximado de 16cm, com ponta, com marca do fabricante impressa no corpo do lápis. Embalagem c/144 unidades.	Un	1.000	0,44	440,00
44	Livro ata, pautado, sem margem, frente e verso, medindo 30 x 21cm, 100 folhas numeradas sequencialmente, papel reciclado, gramatura 56 g/m2, colado e costurado, capa dura em papelão, cor preta.	Un	60	9,82	589,20
45	Livro de protocolo de correspondência, medindo 15,5 x 21,5cm, 100 folhas numeradas sequencialmente, papel reciclado, gramatura 60 g/m2, capa e contra capa em papelão 700 g/m2 reciclado.	Un	60	7,02	421,20
46	Lixeira, tipo basculante, capacidade 60L, alças laterais, material polipropileno, plástico reciclado, cor branca, dimensões aproximada 420 x 340 x 740mm.	Un	100	74,93	7.493,00
47	Luva de látex natural, para procedimento não cirúrgico, descartável, formato anatômico, não estéril, tamanho médio ambidestro,	Caixa	80	25,73	2.058,40



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

	hipoalergênica, lubrificada com pó absorvível. Caixa c/50 pares.				
48	Máscara descartável, tipo retangular, proteção em três camadas, fixação com clipe e elástico, cor branca, atóxica, hipoalérgica, não estéril, sem látex, não inflamável. Caixa c/50 unidades.	Caixa	80	12,14	971,20
49	Mouse Pad, material borracha neoprene, base antiderrapante, superfície deslizante com revestimento em tecido especial. Dimensão aproximada: 250 x 200 x 3mm.	Un	100	9,98	998,00
50	Pano de copa, branco, 100% algodão, alvejado, bainha e acabamento, etiqueta, tamanho aproximado 65 x 45cm.	Un	200	3,63	726,00
51	Papel recado, material reciclado, cor natural, autoadesivo, removível, 76mm x 102mm, bloco c/100fls.	Bloco	1.200	3,59	4.308,00
52	Papel embrulho, tipo papel reciclado, apresentação folha, cor parda, gramatura 80g/m2, medindo 67cm x 97cm.	Folha	200	0,78	156,00
53	Papel toalha multiuso, cor branca, material fibra de celulose virgem, c/60 toalhas em folhas duplas picotadas, medindo 22cm x 20cm, biodegradável. Pacote com 2 rolos.	Pacote	300	4,10	1.230,00
54	Pasta com abas e elástico, cor amarela, material reciclado, em cartão duplex 290g plastificado, tamanho ofício. 340mm x 230mm.	Un	300	2,71	813,00
55	Pasta com abas e elástico, cor azul, material reciclado, em cartão duplex 290g plastificado, tamanho ofício. 340mm x 230mm.	Un	300	2,71	813,00
56	Pasta com abas e elástico, cor branca, material reciclado, em cartão duplex 290g plastificado, tamanho ofício. 340mm x 230mm.	Un	300	2,71	813,00
57	Pasta classificadora, material reciclado, em cartão duplo 480g plastificado, sem abas, lombo regulável, tamanho ofício 350mm x 230mm, com pinos e prendedores plásticos, cor azul.	Un	200	4,35	870,00
58	Pen Drive 4GB, USB 2.0.	Un	150	22,89	3.433,50
59	Pen Drive 8GB, USB 2.0.	Un	300	24,61	7.383,00
60	Perfurador pra papel, de mesa, tipo metal, em aço pintado, perfurar mínimo de 40 folhas padrão sulfite 75g/m2, margeador plástico ajustável, base com proteção de plástico, 02 furos, medindo aproximadamente 14 x 12cm, distância entre furos 80mm.	Un	100	31,66	3.166,00
61	Pincel atômico, marcador permanente, na cor azul, ponta facetada, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	300	2,76	828,00



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

62	Pincel atômico, marcador permanente, na cor preta, ponta facetada, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	300	2,76	828,00
63	Pincel atômico, marcador permanente, na cor vermelha, ponta facetada, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	300	2,76	828,00
64	Pincel marcador para quadro branco, na cor azul, ponta de acrílico, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	100	1,87	187,00
65	Pincel marcador para quadro branco, na cor preta, ponta de acrílico, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	100	1,87	187,00
66	Pincel marcador para quadro branco, na cor vermelha, ponta de acrílico, material plástico reciclado, medindo aproximadamente 13cm.	Un	100	1,87	187,00
67	Plástico bolha, material plástico, bobina com 1,30m de largura por 100m de comprimento.	Bobina	100	90,93	9.093,00
68	Régua comum, material plástico reciclado, transparente, incolor, graduação milimetrada, medindo 30cm.	Un	200	1,45	290,00
69	Tesoura para uso geral de 8", ponta reta, lâmina em aço inox de no mínimo 18mm de espessura, cabo em polipropileno, anatômico e na cor preta, medindo aproximadamente 21cm de comprimento total.	Un	150	9,33	1.399,50
70	Umedecedor de dedos, creme antibacteriano, sem glicerina, atóxico, não mancha, embalagem em plástico reciclado c/12g.	Un	350	3,17	1.109,50
71	Xícara, tipo café, com pires, material porcelana, branca, lisa, capacidade aproximada 80ml.	Un	300	13,58	4.074,00
TOTAL					359.200,30



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2018.
PROCESSO Nº 4744/2018
Pregão Eletrônico nº 27/2018

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, com sede na Av. Senador vitorino Freire, nº 2001 - Areinha, na cidade de São Luis - MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.608.631/0001-93, neste ato representado pelo Diretor Geral, Sr. Celson de Jesus Moreira Costa, nomeado pelo Ato GP nº 01/2018 de 02 de janeiro de 2018, inscrito no CPF sob o nº 149.883.303-97, ou seu substituto, considerando o julgamento da licitação na modalidade de *pregão*, na forma presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº 4744/2018**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a **constituição de REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material de consumo (Expediente), no(s) item(ns) abaixo relacionado(s)**, conforme especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* nº 27/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DO FORNECEDOR

Razão social:
CNPJ:
Endereço:
Cidade:
CEP:
Telefone:
E-Mail:

Nome dos Representantes:

CPF:
CPF:

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Item	Especificações	Marca	Qtde/Unid.	Preço Unitário (R\$)
------	----------------	-------	------------	----------------------

1



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
Pregão Eletrônico SRP Nº 27/2018 – Proc. Nº 4744/2018

3.1 - Os Órgãos não participantes desta Ata de Registro de Preços poderão aderir até ao **triplo** da quantidade registrada, por item, para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes;

3.2- As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à presente Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados para o Órgão Gerenciador.

4. VIGÊNCIA DESTA ATA:

4.1 - Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Maranhão para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

São Luís, ____ de _____ de 2018.

Diretor-Geral do TRT 16ª Região

Representante da Empresa